OUTROS TEXTOS E EIXOS TEMÁTICOS

TRINTA CINCO ANOS DA TRANSAMAZÔNICA: QUAIS OS RUMOS?

Alfredo Kingo Oyama Homma[1]

[1] Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Travessa Enéas Pinheiro, s/n, Bairro Marco, CEP 66095-100, Belém, Pará. E-mail: homma@cpatu.embrapa.br.

Em 1970, durante o Governo Médici, enquanto cursava o último ano de Agronomia na Universidade Federal de Viçosa, era anunciada a abertura da Rodovia Transamazônica, conectando o Nordeste brasileiro até os confins do Estado do Acre. A visita a uma das regiões castigadas pela seca do Nordeste, naquele ano, levou o Presidente Médici, a desenvolver a idéia de transferir contingentes populacionais do Nordeste para áreas desabitadas da Amazônia, surgindo a famosa frase "terra sem homens para homens sem terra".

Em 1975, como parte da minha pesquisa de tese de Mestrado em Economia Rural, da Universidade Federal de Viçosa, tive a oportunidade de entrevistar 124 produtores, aplicando um extenso questionário na Transamazônica, no trecho Altamira/Medicilândia. Como o interesse dos pesquisadores estrangeiros naquela época era fazer pesquisa na Transamazônica, encontrei o Philip Fearnside, morando com a então esposa Judith Rankin, na agrovila Grande Esperança, no Km 50, ambos coletando dados para as suas teses de doutoramento. Outros dois americanos que também fizeram teses de doutorado na Transamazônica foram Emilio Moran e Nigel Smith. Todos os três se tornaram em grandes conhecedores da Amazônia, destacando-se o Philip Fearnside, que se radicou no país, como pesquisador do INPA.

Este primeiro contato com a Transamazônica, no qual provavelmente, muitos de vocês que agora estão estudando agronomia nem tinha nascido, mostrava as dificuldades e as agruras na visão dos migrantes, na busca de sonhos e esperanças na Amazônia. Em pleno mês de julho de 1975, no qual durou a nossa pesquisa de campo, sediados em Brasil Novo e em Medicilândia, rodando com um jeep cedido pelo Incra, com um técnico agrícola capixaba, um motorista do Incra e um colega de graduação da UFV, verificamos a improvisação dos colonos, atormentados pela falta de

transporte, doenças, tragédias que custaram a vida de vários deles pela inexperiência em lidar com a motosserra cujo uso estava sendo iniciado, começo dos primeiros plantios de cacau, o fracasso de uma safra de arroz de sementes provenientes do Nordeste, o fingimento da produção de açúcar no Pacal, etc.

Uma tarde de sábado hospedados no Hotel do Incra, em Brasil Novo, chegou um avião fretado com um Diretor do Incra e seus familiares. Como o Diretor do Incra era conhecido irmão de um professor da UFV, perguntei a razão da visita e disse-me que era para trazer uma comitiva de deputados federais para visitar a Transamazônica e como não vieram, veio assim mesmo, uma vez que o avião já estava fretado.

Visitas dessa natureza eram freqüentes naquela época para conhecer o maior projeto de colonização do planeta. É interessante observar que logo que formei na UFV, em 1970, fui trabalhar em Manaus e naquela época, era comum ciceronear funcionários que vinham fazer compras na Zona Franca de Manaus. Não existiam as facilidades das feiras paraguaias e, Manaus, era o único local onde se podia comprar calças Lee, pasta Samsonite, canetas Cross, aparelhos de som Garard, sonhos de consumo daquela época. Muitas dessas comitivas de funcionários públicos que vinham visitar a Transamazônica terminavam sua viagem em Manaus.

O projeto nos primeiros anos foi considerado como modelo para o mundo, para fazer a reforma agrária, da falta de alimentos, de resolver os problemas dos minifúndios improdutivos no Sul e Sudeste, etc.

O segundo contato com a Transamazônica de forma mais aprofundada ocorreu durante o início da década de 1990, quando em colaboração com pesquisadores americanos da Florida State Univesity e do International Institute of Tropical Forestry, sediado em Puerto Rico, fizemos um grande levantamento envolvendo quase 250 produtores, cortando o eixo da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém. Mostrava que 15 anos depois da minha primeira pesquisa, os sistemas agrícolas estavam mais consolidados, com as lavouras de cacau, café, pecuária, pimenta-do-reino, tomate, fruteiras diversas, etc.

Havia uma grande diferença entre o primeiro levantamento de campo, quando as casas padrões de madeira nos lotes construídas pelo Incra, estavam

isoladas no meio do terreno, formou-se um comércio nas antigas agrovilas, muitos transformados em municípios, postos de combustíveis em determinados pontos estratégicos, agências bancárias, pomares com muitas frutas, etc. Alguns produtores utilizando a criatividade fizeram rodas de água e geravam energia elétrica que faziam questão de demonstrar com o funcionamento de um liquificador e acendendo as luzes.

Os problemas agrícolas estavam, também, evidentes, como o ataque do Fusarium nos pimentais, produtores com plantios de cana-de-açúcar com baixa produtividade torcendo para que a usina não funcionasse para que recebessem o pagamento, o plantio de mogno bem crescido do Zé Gaúcho, em Medicilândia, indicando que se todos tivessem trilhado o mesmo caminho, a Transamazônica seria totalmente diferente, etc.

Chamava atenção para o desmatamento tipo espinha de peixe, semelhante ao de Rondônia, as críticas com relação a colonização da Transamazônica, áreas que não deveriam ter sido desmatadas (margens de cursos d'água, encostas de morros, áreas pedregosas, etc.). Um travessão em Medicilândia encostava no rio Iriri, servindo para escoar madeira e que no passado era local de extração de seringa e de matança de índios.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA INCONGRUÊNCIA

Herman E. Daly,
In: Desenvolvimento de Base, v.15, número 3, 1991. p.35
O original em inglês pode ser obtido no site www.iaf.gov

As declarações de impossibilidade são o próprio fundamento da ciência. É impossível viajar mais rápido que a velocidade da luz; criar ou destruir a matéria-energia; criar uma máquina de moção perpétua, e assim por diante. Ao respeitarmos os teoremas da impossibilidade evitamos o desperdício de recursos em projetos que estão fadados ao fracasso. Portanto, os economistas devem estar muito interessados em teoremas da impossibilidade, especialmente um aqui a ser demonstrado, a saber, é impossível que a economia mundial cresça o suficiente para solucionar os problemas da pobreza e do desgaste ambiental. Com outras palavras, o crescimento sustentável é impossível.

Em suas dimensões físicas, a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, que é finito, sem crescimento e materialmente fechado. O subsistema econômico, ao crescer, incorpora em si mesmo uma proporção cada vez maior do ecossistema total e deve atingir um limite de 100% ou talvez até antes. Portanto, seu crescimento não é sustentável. O termo "crescimento sustentável", quando aplicado è economia, é mau paradoxo: autocontraditório como prosa e inexpressivo como poesia.

Os economistas queixar-se-ão de que o crescimento do produto nacional bruto é uma mescla de aumentos quantitativos e qualitativos e, portanto, não estritamente sujeitos às leis físicas. Têm certa razão. Precisamos porque a mudança quantitativa e a qualitativa são muito diferentes, é melhor mantê-las separadas e chamá-las por nomes diferentes já constantes no dicionário. Crescer significa "aumentar naturalmente de tamanho pela adição de material por meio de assimilação ou acréscimo". Desenvolver significa "expandir ou realizar as potencialidades; levar gradualmente a um estado mais pleno, maior ou melhor. Quando alguma coisa cresce, torna-se maior. Quando se desenvolve, torna-se diferente. O ecossistema terrestre desenvolve-se (sofre evolução), mas não cresce. Seu subsistema, a economia, deve eventualmente parar de crescer, mas pode continuar a desenvolver-se.

O termo "desenvolvimento sustentável" portanto, faz sentido para a economia, mas unicamente se entendido como "desenvolvimento sem crescimento" ou seja, melhoramento qualitativo de uma base econômica física mantida em estado estável por um fluxo de matéria-energia que não ultrapasse as capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema. Atualmente, "desenvolvimento sustentável" é usado erroneamente como sinônimo de "crescimento sustentável". Deve-se evitar essa confusão.

Politicamente, é muito difícil admitir que o crescimento, com suas conotações quase religiosas de bondade definitiva, deve ser limitado. Mas é precisamente a não-sustentabilidade do crescimento que imprime urgência ao conceito de desenvolvimento sustentável. A terra não tolerará a duplicação de nem mesmo um grão de trigo 64 vezes, no entanto nos dois

últimos séculos vimos desenvolvendo uma cultura cuja estabilidade econômica depende do crescimento exponencial. Nem mesmo o "crescimento verde" é sustentável. Há limite para a população de árvores que a terra pode suportar, como há limite para as populações humanas e de automóveis. Iludir-nos na crença de que o crescimento é ainda possível e desejável se simplesmente o rotularmos de "sustentável" ou pintarmos de "verde" apenas retardará a transição inevitável e tornar-se-á mais penosa.

A impossibilidade de viajar mais rápido que a velocidade da luz, de criar ou destruir a matéria-energia ou de criar uma máquina moto-perpétuo como queriam os Renascentistas, bem como existe um limite para a população de árvores que a terra pode suportar, como há limite para as populações humanas e de automóveis, mostra que chegou o momento de mudarmos o discurso do "desenvolvimento sustentável" para a Amazônia. Esta só será possível com "desenvolvimento sem crescimento", a despeito das melhorias qualitativas. Muitas propostas ditas sustentáveis em nível local são dependentes de importações de energia ou de outros recursos naturais, baseados em sistemas fechados, com sustentabilidade exógena, em vez de vir endogenamente.

Outro contraste foi a perda da força política do Incra, na Transamazônica, o mesmo acontecendo em Rondônia. A civilização do Incra se desfazia, bem como a civilização da SUDAM já dava seus sinais de fracasso do modelo. A corrupção nestes dois órgãos terminaram levando a perda da credibilidade perante a sociedade. Inclusive, um dos focos de corrupção na então SUDAM foi decorrente de projetos de pupunha na Transamazônica, no qual, sem saber dos proponentes, dei parecer contrário quanto a sua aprovação.

Se comparar com o presente, em 2005, quando se realiza a 5a Semana de Integração das Ciências Agrárias, novamente com interlúdio de 15 anos, verifica-se que ocorreram novas grandes mudanças. A região da Transamazônica ganhou peso político pelo contingente populacional localizado ao longo do seu eixo, tornou-se um grande pólo produtor de cacau, o fortalecimento dos movimentos sociais, inclusive com o sacrifício de suas lideranças, criação da associação dos municípios, energização proveniente de Tucuruí, formação de uma expectativa com relação a

construção da hidrelétrica de Belo Monte e do asfaltamento, entrada da soja no eixo da Cuiabá-Santarém e adentrando pela Transamazônica, etc.

O trecho da rodovia Cuiabá-Santarém, nos primeiros 100 km, sentido Santarém-Ruropólis, está totalmente irreconhecível, em comparação com o levantamento realizado no início da década de 1990. Contudo, diversos problemas tem sido agravados, tais como o tráfego da rodovia durante o período chuvoso, conflitos com a construção da hidrelétrica de Belo Monte, inserção internacional manifesta em diversas propostas como a criação de megareservas extrativistas, controle político do espaço territorial pelas lideranças da agricultura familiar, conflito com madeireiros e ONG's, controle da extração madeireira pelo segmento da agricultura familiar, entre outros.

Não tem mais sentido criticar a Transamazônica, que cortou o coração da floresta amazônica, como ainda freqüentemente, algumas reportagens tentam fazer, pois se tornou uma realidade e cabe a partir de agora reduzir a incorporação de novas áreas de floresta e aproveitar os benefícios da destruição. A fronteira interna já está aberta e cabe aproveitar as áreas desmatadas e tentar recuperar áreas que não deveriam ter sido desmatadas.

O caminho a ser seguido seria aproveitar as oportunidades de mercado e desenvolver uma agricultura mais adequada possível. A melhoria da infra-estrutura para estimular a intensificação da agricultura, que não pode, contudo, utilizar a máscara da preservação, quanto ao uso das áreas desmatadas. O discurso da agricultura sustentada, que não existe, a não ser com crescimento zero, que não deve ser vista apenas de maneira exógena, mas endógena, ao sistema produtivo, caso contrário estaremos apregoando a busca de um moto contínuo, tal qual os renascentistas.

Entre as oportunidades de mercado para o setor primário e com a construção inevitável da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, devem ser destacadas:

1 - Triplicar a área plantada de cacau na Transamazônica e em Rondônia, nos próximos cinco a dez anos, pois não justifica o país importar 1/3 do seu consumo e provocar evasão de divisas que chega a 120 milhões de dólares anuais. Melhorar a qualidade do cacau, estabelecer sistemas agroflorestais apropriados, utilizar clones mais produtivos, etc. Discute-se muito sobre sistemas agroflorestais, mas não estamos dando a devida atenção para os

sistemas agroflorestais de cacau existentes que precisam ser melhorados.

2 - Expandir a produção de seringueira, no qual o país importa 65% do seu consumo, que nos últimos dez anos implicou na importação de 1,2 bilhão de dólares, com quantidades que chegam a quase 200 mil toneladas anuais. Apresentam tendência de crescimento e, a longo prazo, com o esgotamento do petróleo, o país não pode ficar dependente de importações do Sudeste asiático de um produto originário da Amazônia e que deve ser efetuado com as mais modernas técnicas para contornar o mal-das-folhas.

3 - Plantio de pau-rosa, que no auge chegamos a exportar 444 toneladas (1951) e no momento as exportações estão na faixa de 32 toneladas e o preço do óleo essencial está em torno de R$ 120,00 160,00/litro. Isso indica que poderia gerar US$ 16 milhões de dólares, com plantios que permitissem cortes de anuais 30 mil árvores/ano, para exportar a quantidade máxima extraída na década de 1950. Outros produtos que devem merecer atenção são o cumaru, timbó, copaíba, andiroba, novos produtos da biodiversidade, etc.

4 - Fazer uma nova pecuária, com maior produtividade das pastagens e do rebanho visando atender mercado de carne para Manaus e Macapá, ambos com pequeno parque produtivo agrícola e, para outros Estados da Federação e, para exportação. A sanidade e a qualidade do rebanho são outras variáveis que não podem ser desprezadas.

5 - Reflorestamento com espécies madeireiras nobres (mogno, teca, cedro, cerejeira, etc.), de rápido crescimento para chapas e compensados e para produção de energia, uma vez que nas próximas décadas torna-se cada vez mais difícil obter madeira de florestas nativas. O discurso do manejo florestal não deve servir de apanágio para retardar essa opção e de duvidoso resultado a médio e longo prazos, das áreas de domínio público ou de propriedade comum, mediante concessões florestais, manejo florestal comunitário, etc.

6 - Considerar a possibilidade de criação de florestas energéticas, visando a fabricação de cavacos, carvão vegetal para atender as guseiras do pólo Carajás, lenha, biodiesel, entre outros, nas áreas desmatadas e àqueles que não deveriam ter sido desmatadas.

7 - Considerar como mercado cativo da agricultura familiar àquelas atividades que sejam altamente intensivas em mão-de-obra em alguma fase do processo produtivo como adequadas para a agricultura

familiar. Destaca-se neste sentido, plantio de fruteiras como cupuaçu, pupunha, cacau, açaí, pimenta-do-reino, pecuária leiteira, dendê, hortaliças, etc.

8 - Segurança alimentar. A busca de auto-suficiência alimentar, para produtos que podem ser produzidos no próprio local, tais como arroz, milho, feijão, farinha, leite, ovos, carne, hortaliças, etc.

9 - Aproveitamento do lixo urbano das cidades situados ao longo do eixo da rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém. É importante que a parte orgânica do lixo seja transformado em compostos para uso agrícola. Os rios Xingu, Tocantins/Araguaia, Tapajós e a calha do rio Amazonas não podem ser transformados em canais de esgotos das cidades situados ao longo do seu trajeto. Os estudantes do curso de agronomia de Altamira poderiam fazer uma demonstração do aproveitamento do lixo urbano para fins agrícolas.

LINHA DO TEMPO

9.200 a.C.: A paleontóloga Anna Curtennius Roosevelt descobre na Caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre, pesquisas iniciadas em 1991, indícios da presença dos primeiros paleoíndios que viviam de caça, pesca e coleta de frutas. Essas pesquisas quando foram divulgadas, em 1995, foram manchete de capa da revista Science (19/04) e foi a sensação científica do ano.

1500 a.C.: Indícios do cultivo da mandioca identificados, em 1991, pela paleontóloga norte-americana Anna Curtennius Roosevelt, na Caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre, além das atividades de caça, pesca e coleta de frutas. O cultivo da mandioca foi um grande avanço na agricultura, tornando-se a base da agricultura indígena e logo foi transferida para a África e a Ásia pelos colonizadores portugueses.

1596: Surgimento das primeiras feitorias inglesas e holandesas na Amazônia. Há indicações de que foram os holandeses os introdutores do cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia, ao lado dos antigos fortes Nassau e Orange, no Rio Xingu.

1616: Francisco Caldeira Castelo Branco fundou a cidade de Belém, no dia 12/01, no atual Forte do Castelo.

1622: Segundo o historiador José Valente desembarcaram no Estado do Maranhão 90 reses, das quais a metade foi transferida para o Estado do Pará pelo capitão-mor

do Grão-Pará Bento Maciel Parente. Provavelmente essa é a primeira entrada do gado bovino na Amazônia. A existência de um boi e de uma mula no Brasão d'Armas da cidade de Belém, criada em 1625, reforça essa assertiva.

1874: No dia 14/04 foi criado o município de Souzel.

1884: Karl von den Steinen (1855-1929) efetuou uma expedição partindo de Cuiabá seguindo para o Xingu e em 1887-1888 retornou ao Xingu.

1887: Paul Ehrenreich (1885-1914) visitou a Amazônia junto com Karl von Steinen ao Xingu e em 1888 no rios Araguaia e Tocantins.

1895: Henri-Anatole Coudreau (1859-1899) explorou os Rios Tapajós, Xingu, Tocantins, Araguaia, Itaboca, Itacaiúnas, Jamundá e Trombetas, onde faleceu.

1905: Início da construção da Estrada de Ferro Tucuruí, na margem esquerda do Rio Tocantins, para transpor as corredeiras de Itaboca, que em um percurso de 12 km apresentava um desnível de 72 pés. Essa ferrovia teve um percurso de 117 km e 200 m, unindo Jatobal a Tucuruí.

1917: A Vila de Altamira recebe foros de cidade no dia 29/09.

1938: O Decreto Estadual 2.972, de 31/03, muda o nome de município de Xingu para Altamira.

1944: Conclusão da Estrada de Ferro Tucuruí, iniciada em 1905.

1947: Fundação de Tucuruí - 31/12

1956: Em fevereiro ocorreu a Revolta de Jacareacanga, liderada pelo major-aviador Haroldo Coimbra Veloso, cuja prisão se efetivou no dia 01/03.

1960: A Estrada de Ferro Tucuruí deixou de funcionar.

1961: Criação através da Lei Estadual 2.460, de 29/12, o município de São Félix do Xingu.

1965: 1 - Criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Pará Acar-Pará.

2 - Implantação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira Ceplac nas dependências do Ipean.

1967: Em julho, com a vinda do primeiro grupo de 30 estudantes da Universidade da Guanabara, chefiados pelo Professor Wilson Choeri, ao Território Federal de Rondônia, era dado início ao Projeto Rondon, que criou campi avançados em Boa Vista, Tefé, Parintins, Porto Velho, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Santarém,

Altamira, Marabá, Imperatriz, Humaitá, Alto Solimões, Itaituba e Macapá. O presidente Costa e Silva pronunciou a frase histórica do Projeto Rondon: "integrar para não entregar".

1968: Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá FETAGRI, Belém, PA.

1970: A grande seca no Nordeste levou o presidente Emílio Garrastazu Médici a visitar aquela região e pronunciou emocionado o discurso em 06/06, prometendo tomar urgentes providências e, em dez dias, lançou o Programa de Integração Nacional PIN. No discurso, o presidente Emílio Garrastazu Médici afirmou: "*quero dizer ao povo do Nordeste que não lhe prometo nada. Não prometo milagres nem transformações, nem dinheiro nem favores, nem solicito sacrifícios ou votos, nem organização de caridade. Digo apenas que tudo tem que começar a mudar.*"

O Decreto-Lei 1.106, de 16/06, instituiu o Programa de Integração Nacional PIN para financiar infra-estrutura nas áreas da Sudam e Sudene.

Os editais de concorrência da construção da Rodovia Transamazônica foram assinados em 18/06, mas o início formal ocorreu no dia 08/10, quando o Ministro dos Transportes Mário Andreazza e o presidente Emílio Garrastazu Médici visitaram Altamira e presenciaram o início da construção. O presidente Emílio Garrastazu Médici visitou cinco vezes a Transamazônica nos quatro anos de seu governo. O Decreto-Lei 67.557, de 12/11 estabeleceu área prioritária para a reforma agrária na Amazônia a ser incluída no PIN.

1971: Início dos plantios de cacau na zona bragantina e Tomé-Açu, pela Sagri, e na Rodovia Transamazônica e em Rondônia, pela Ceplac.

O Decreto-Lei 1.179, de 06/07 criou o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste Proterra.

O Decreto-Lei 1.164, de 01/04, considera como sendo de segurança nacional, uma faixa de 100 km de largura de cada lado do eixo das rodovias federais construídas e por construir na Amazônia. Essa lei provocou a transferência de praticamente 1/3 das terras do Estado do Pará para o domínio da União.

O Decreto 68.443, de 29/03 fixou um Polígono de 64.000 km², como terra de interesse social para desapropriação para a

implantação do Projeto Altamira.

1972: Inauguração da Rodovia Transamazônica, que cobria uma extensão de 4.962 km, indo de Paraíba ao Estado do Amazonas. No dia 27/09, foi colocada uma placa comemorativa referente ao trecho AltamiraItaituba, pelo presidente Emílio Garrastazu Médici e Ministro Mário Andreazza.

Seminário sobre Sistema de Colonização na Amazônia, no período de 06 a 11/11, em Belém, patrocinado pelo IICA e pelo Incra, para divulgar ao mundo a experiência da colonização na Transamazônica.

Com a construção da Transamazônica, na cidade de Altamira, o número de automóveis passou de cinco para 500 veículos e o número de habitantes, de 5 mil para 15 mil.

1973: No dia 09/5/1973, Cirne Lima, Ministro da Agricultura, demite-se após rixa com Delfim Netto. A imprensa é proibida de noticiar.

1974: Frase do ministro da Agricultura Moura Cavalcanti, em placa de bronze, datado de 10/03, no Hotel do Incra, em Rurópolis: "A Amazônia de hoje é o inacreditável lugar onde aparecem de mãos dadas a fantasia e o real; o épico e o impossível; a epopéia e a lenda". Uma década depois confirmaria o erro coletivo de todas as instituições governamentais da ocupação da Amazônia.

Criação da Floresta Nacional do Tapajós, com 600 mil hectares.

1975: Fundação no dia 22/06 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) , em Goiânia, GO. ligada à linha missionária da CNBB, com o objetivo de acompanhar e assessorar os trabalhadores rurais e suas organizações.

1976: Lançamento de Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional Procacau , pelo presidente Ernesto Geisel, que vigorou no período de 1976 a 1985.

Início da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

No dia 20/10 o presidente Ernesto Geisel, o governador Aloysio Costa Chaves e o general Dirceu Nogueira, ministro dos Transportes, inauguraram a Rodovia BR-163, a SantarémCuiabá iniciada em setembro de 1970, com 1.777 km, através do Segundo Grupamento de Engenharia de Construção. Por ocasião da inauguração, mais de 30 mil pessoas já moravam no trecho pioneiro recém-aberto.

Emílio F. Moran defendeu tese de doutorado

sobre ocupação na Transamazônica, seguido por Nigel J. H. Smith, em 1976, e Philip M. Fearnside, em 1978, iniciando a safra de pesquisadores estrangeiros sobre a Amazônia.

1977: Fundação da AMAT em 12 de novembro.

1978: Em dezembro, o Incra anunciou o assentamento de 7.674 famílias ao longo da Rodovia Transamazônica, sendo 3.035 famílias na área de Marabá, 3.595 famílias na área de Altamira e 1.044 famílias na área de Itaituba.

1980: Criação do Grupo Executivo de Terras para a Região do Baixo Amazonas Gebam , pelo Decreto-Lei 84.517, de 28/02.

1983: No dia 22/05, canavieiros e funcionários da Usina Abraham Lincoln e o povo da comunidade acamparam no Km 91, bloqueando a Rodovia Transamazônica, ficando esse encontro conhecido como Movimento de Protesto e de Reivindicações dos Canavieiros e Comunidades.

1984: Enchimento das comportas da barragem de Tucurui começou em 18/05 e foi até 06/09. No dia 22 de novembro entrou em funcionamento a Hidrelétrica de Tucuruí

1986: O ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, promoveu o seqüestro da Usina Abraham Lincoln no dia 14/07.

1987: A Portaria 687, de 30/07, do Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário criou a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, como decorrência das pressões do I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, em 1985.

1988: No dia 06/05, através da Lei Estadual 5.438, a partir do desmembramento do município de Prainha foi criado o município de Medicilândia, ao longo da rodovia Transamazônica. A Lei Estadual 5.435, de 05/05, criou o município de Uruará e a Lei Estadual 5.466, de 10/05, criou o município de Rurópolis.

1989: Início das atividades do Laboratório Sócio-Agronômico do Tocantins Lasat , com atuação em uma área de 40 mil km², abrangendo seis municípios do sudeste paraense. Em 20/02, 600 índios de 11 nações reúnem em Altamira, o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, onde o diretor-presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, foi ameaçado por uma índia caiapó, Tuíra, com um terçado, contrários à construção do complexo hidrelétrico de Xingu. Simultaneamente, o Banco Mundial cancelou o

desembolso de 500 milhões de dólares para o setor energético nacional.

1990: Regulamentação das reservas extrativistas através do Decreto 98.897, de 30/01. Pela primeira vez, a produção de borracha de seringais de cultivo (54%) suplantou a de seringais nativos no Brasil.

1991: No dia 02/07, 13 ONGs fundaram o Grupo de Trabalho Amazônico GTA. Entre os principais promotores estão o Instituto de Estudos Amazônicos, a Fundação Vitória Amazônica, o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica, o IPHAE, o Projeto Saúde Alegria. Algumas semanas, depois, o Conselho Nacional dos Seringueiros se juntou ao grupo.

Criação do Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica MPST.

Criação da Fundação Viver, Produzir e Preservar, com sede em Altamira, visando o desenvolvimento da Transamazônica e Xingu.

1992: Em agosto, foi realizado o I Seminário sobre Produção e Comercialização da Transamazônica, promovido pela CPT.

Criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais CNPT , através da Portaria 22, de 10/02, do Ibama.

A Portaria 006N, do Ibama, declarou o mogno como uma espécie em perigo de extinção.

Criação dos Municípios de Vitória do Xingu e Brasil Novo, na Rodovia Transamazônica.

1993: A Portaria 149-P, do Ibama, publicada no Diário Oficial da União, no dia 15/01, obriga o registro e o licenciamento para comercialização de motosserra, bem como àqueles que, sob qualquer forma, adquirirem este equipamento.

Em 20/02, foi implantação do Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica LAET, em Altamira.

1994: No dia 01/09 foi criado o Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará. O produtor Aniraldo P. Santos introduz o nim (*Azadirachta indica* A. Juss), planta de origem indiana, no município de Castanhal, que seria utilizada para arborização na orla do rio Xingu, na cidade de Altamira.

Em março, foi realizada a Conferência Municipal Uruarense sobre Projetos Econômicos Alternativos e, em agosto, o 1o Seminário sobre a Sustentabilidade dos Atuais

Sistemas de Produção da Transamazônica.

1995: Criação dos Municípios de Anapu e Placas, na Rodovia Transamazônica.

1996: No dia 10/08, o presidente Fernando Henrique apresentou 42 projetos com o nome Brasil em Ação, relacionados, principalmente, a obras de infra-estrutura e transporte, além de alguns programas sociais.

Lançamento da Medida Provisória 1.511, de 25/07, que faz parte do conjunto de medidas que ficou conhecido como "pacote ecológico", estabeleceu o aumento de 50% para 80% das áreas passíveis de preservação, dando nova redação ao Código Florestal.

O Decreto 1.963, de 25/07, também partiu do "pacote ecológico", suspendeu novas autorizações e concessões para a exploração de mogno e virola e estabeleceu prioridades para o deslocamento de incentivos fiscais e propostas de criação de novas florestas nacionais.

O presidente Fernando Henrique criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Prodex , no dia 05/06, alocando recursos de R$ 24 milhões, junto ao Banco da Amazônia.

O Decreto 1.946, de 28/06, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Pronaf.

O massacre de 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST em Eldorado dos Carajás, no dia 17/04, chocou o mundo.

Em 30/06 foi preso em Altamira, PA, Darli Alves da Silva, foragido em 1993, pela morte de Chico Mendes.

1997: Criação do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias em Altamira.

1998: No Diário Oficial da União, de 13/02, foi publicada a Lei 9.605, denominada de Lei da Natureza contra Crimes Ambientais.

Através do Decreto 2.788, de 29/09, o Ibama tentou a licitação para a exploração madeireira de 3.222 ha da Floresta Nacional do Tapajós, que foi embargada pela Justiça Federal, levando a lançar novo Edital com prazo de abertura em 01/10.

Criação da Reserva Extrativista Tapajós - Arapiuns, com 649 mil hectares.

1999: Chegada, em Itaituba, no dia 28/05, de uma caravana de 75 caminhões vindos do Município de Sorriso, MT, transportando 2 mil toneladas de soja pela CuiabáSantarém. Essa caravana foi recepcionada pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha,a qual tinha como

objetivo a reivindicação para o asfaltamento da rodovia. A soja foi embarcada em Itaituba após percorrer 1.100 km, dos quais 900 km em estrada de terra, e seguiu para Itacoatiara para serem embarcadas para a China.

Em Santarém, foi realizada, no dia 03/06, a primeira colheita comercial de grãos, destacando-se a produção de soja

Chegada da energia de Tucuruí, em Itaituba, no dia 01/06, com a conclusão da terceira torre de transmissão mais alta do mundo com 160 m e outras duas torres com 135 m e 114 m, importadas da Itália, necessárias para transpor o Rio Tapajós, com 1.200 m de largura. No dia 10/08, inexplicavelmente, a torre de 160 m desabou, causando perplexidade.

No dia 09/12, o deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR) apresentou o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 1.956-44, procurando ampliar a área desmatada na Amazônia de 20% para 50%, que estabelecia a Medida Provisória 1.511, de 25/07/1996.

Criação do Projeto de Apoio ao Manejo sustentável na Amazônia - Promanejo

2000: No dia 11/05, a Comissão Mista do Congresso aprovou o projeto de lei de conversão do deputado federal Moacir Micheletto, reduzindo de 80% para 50% a área de cobertura original na Amazônia.

No dia 28/05, o governo federal reeditou pela 50ª vez a Medida Provisória 1.956, trazendo texto aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, em 29 de março, mantendo os percentuais para reserva legal, em vigor desde a vigência da Medida Provisória 1.511, de 25/07/1996.

No dia 12/07, em Belém, foi realizado o Seminário Nim Indiano (Azadirachta indica), espécie potencial para as áreas alteradas da Amazônia Brasileira, promovido pela Embrapa Amazônia Oriental e Emater-Pará.

No dia 18/08, o Incra comunicava que a Usina Abraham Lincoln iria efetuar a última moagem de cana-de-açúcar referente a safra 2000/2001, encerrando o projeto que foi criado em 17/04/1973.

Criação da 1ª Semana de Integração das Ciências Agrárias, em Altamira.

2001: No dia 22/05 é assinada a Medida Provisória 2.148-1 que cria a Câmara de Gestão de Crise de Energia Elétrica, estabelecendo diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica no País.

No dia 07/08, o governo

do Pará, proíbe através do Decreto 4.758, de 03/08, o trânsito de plantas e partes de plantas da bananeira e plantas do gênero Helicônia, provenientes dos Municípios de Almeirim e Porto de Moz, para conter o avanço da sigatoca-negra.

Em 04/05, após 35 anos, foi extinta a Sudam e criada a Agência de Desenvolvimento da Amazônia ADA, através da Medida Provisória 2.146-1.

Em 25/08, Ademir Alfeu Federicci, o Dema, coordenador do Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), foi assassinado em sua residência, em Altamira.

Criação do Curso de Agronomia em Altamira

2002: No dia 12/08 a caravana de caminhões que partiu de Sinop no dia 05/08 chega a Santarém, pressionando para o asfaltamento da Cuiabá-Santarém.

No dia 18/08 foi inaugurado a ponte Moju-Cidade, componente da Alça Viária.

No dia 20/09 o Presidente Fernando Henrique inaugurou a ponte sobre o rio Guamá, que faz parte do conjunto de pontes da Alça Viária.

Inauguração da 13ª turbina da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no dia 21/12, pelo Presidente Fernando Henrique.

2003: No dia 14/04 foi inaugurado o complexo da Cargill para exportação de soja, em Santarém, Pará.

Presença do navio MV Arctic Sunrise, do Greenpeace, em Porto de Moz acirra ânimos entre madeireiros levando ao bloqueio das estradas em Altamira, em 25/11.

2004: No dia 08/11 foi criado as Reservas Extrativistas Verde para Sempre e Riozinho do Anfrízio.

2005: No dia 12/02 foi assassinada em Anapu, a missionária americana Dorothy Stang

No período de 21 a 25/11, foi realizada a 5ª Semana de Integração das Ciências Agrárias, em Altamira.

Como este texto tem por finalidade efetuar provocações, teses, antíteses e ilações entre os estudantes do Curso de Agronomia, para servir de reflexões, há tópicos que precisam ser aprofundados numa proposta de desenvolvimento agrícola:

1 - Expansão da soja ao longo da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, por maiores que sejam as justificativas estas devem ser efetuadas apenas nas áreas desmatadas e nunca incorporando novas áreas e em detrimento da agricultura familiar. A margem

esquerda do rio Amazonas deveria ser vetada para a produção de soja.

2 - A produção de álcool ou de açúcar de cana-de-açúcar, como foi planejando em Medicilândia, revelou-se um completo fracasso desde a sua implantação. Houve falhas administrativas de gestão da usina, não ter área mínima da usina para o plantio de cana-de-açúcar, falta de economia de escala, altos custos decorrentes da não existência de outras usinas similares, etc. Esta infra-estrutura deveria ser aproveitada para outras atividades como a extração de óleos essenciais, agro-indústria de frutas, etc.

3 - As megareservas extrativistas que estão sendo implantadas com o beneplácito externo e de lideranças da agricultura familiar, se apoiar na exploração de produtos chamados "não-madeireiros" apresenta viabilidade duvidosa, que vão conduzir na extração madeireira. A economia extrativa apresenta grandes limitações com relação a domesticação, crescimento do mercado, aparecimento de substitutos sintéticos, expansão da fronteira agrícola, mudança nos preços relativos, etc.

4 - A carência de informações tecnológicas constitui em uma das maiores limitações, na busca de um desenvolvimento mais apropriado para a Transamazônica. Há necessidade que novos centros de pesquisa sejam estabelecidos na Amazônia, onde existem apenas 1.200 doutores para todas as áreas do conhecimento, que correspondem a 3% de pesquisadores com nível doutorado no país, que coincide com 3% de aplicação dos recursos federais, estaduais, municipais e privados aplicados em C&T na Amazônia, para uma região que concentra 11% da população do país. Isto significa que a Amazônia, a despeito da sua pobreza está financiado a pesquisa das áreas mais desenvolvidas do país. A criação da Universidade Federal de Santarém bem como de Marabá, de Imperatriz, são prioritárias, face a dimensão da região e a de equilibrar nos próximos anos com 11% dos recursos para C&T.

5 - Necessidade de discutir de forma mais crítica o desenvolvimento sustentado, uma vez que da maneira como está sendo colocando, tende a vulgarizar e desmoralizar este conceito. Não confundir política de governo com política pública.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AMELUNG, T. 1990. Qual política econômica salva al bosque tropical. **Desarrollo y Cooperación**, Bonn, n.3, p.4-6.

DALY, H. E. 1991. Crescimento sustentável: uma incongruência. **Desenvolvimento de Base**, v.15, n.3, p.35.

HOMMA, A. K.O. 2005. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.54, n.19, p.115-135, mai./ago, 2005.

HOMMA, A.K.O. 2003. **História da agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica. 274p.

HOMMA, A.K.O. 1976. **Programação das Atividades Agropecuárias, sob Condições de Riscos, nos Lotes do Núcleo de Colonização de Altamira**. Viçosa, UFV. 73p. (Dissertação Mestrado)

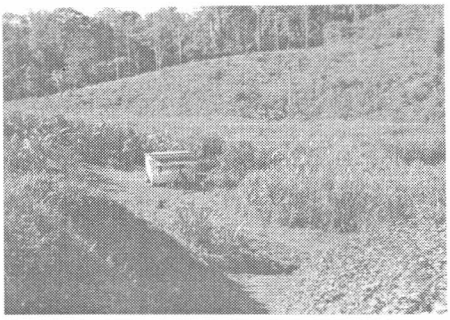
HOMMA, A.K.O.; WALKER, R.T.; SCATENA, F.N.; CONTO, A.J.; CARVALHO, R.A.; ROCHA, A.C.P.N.; FERREIRA, C.A.P.; SANTOS, A.I.M. 1993. Dynamics of deforestation and burning in Amazonia: a microeconomic analysis. **Rural Development Forestry Network Paper** 16c, London, ODI, Winter.

SCATENA, F.N.; WALKER, R.T.; HOMMA, A.K.O.; CONTO, A.J.; FERREIRA, C.A.P.; CARVALHO, R.A.; ROCHA, A.C.P.N.; SANTOS, A.I.M.; OLIVEIRA, P.M. 1996. Cropping and following sequences of small farms in the "terra firme" landscape of the Brazilian Amazon: a case study from Santarém, Pará. **Ecological Economics**, v.18, n.1, p.29-40, July 1996.

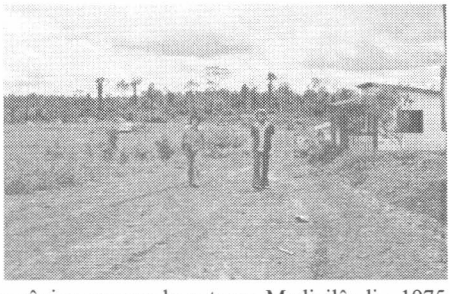
WALKER, R.T. & HOMMA, A.K.O. 1996. Land use and land cover dynamics in the Brazilian Amazon: an overview. **Ecological Economics**, v.18, n.1, p.67-80, July 1996.

WALKER, R.T.; HOMMA, A.K.O.; CONTO, A.J.; CARVALHO, R.A.; FERREIRA, C.A.P.; SANTOS, A.I.M.; ROCHA, A.C.P.N.; OLIVEIRA, P.M.; RODRIGUES-PEDRAZZA, C.D. 1997. **As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. 117p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 93).

WALKER, R.T.; HOMMA, A.K.O.; SCATENA, F.N.; CONTO, A.J.; RODRIGUES-PEDRAZZA, C.D.; FERREIRA, C.A.P.; OLIVEIRA, P.M..; CARVALHO, R.A. 1997. Land cover evolution of small properties: the Transamazon Highway. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.35, n.2, p.115-126, abr./jun. 1997.

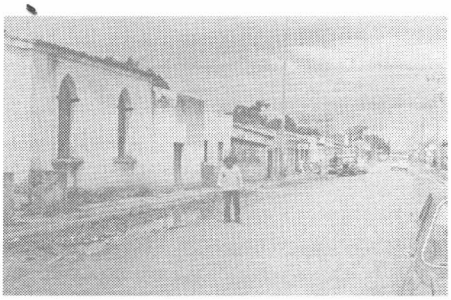


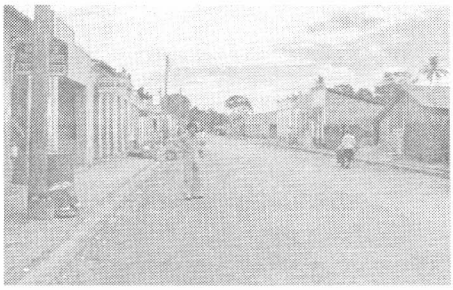
Figuras 1 e 2 - Casas de colonos na rodovia Transamazônica, município de Altamira, 1975.

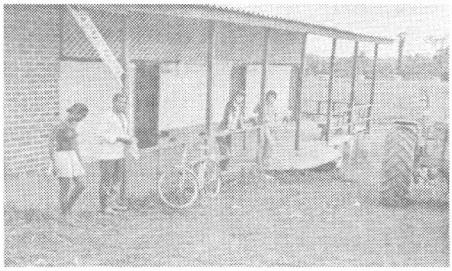


Figuras 3 e 4 Detalhes da agrovila, rodovia Transamazônica, provavelmente em Medicilândia, 1975.

Figuras 5 e 6 Na foto a esquerda Hotel do Incra, atual Brasil Novo. Na foto a direita, vista parcial da Agrovila, 1975.







Figuras 7, 8 e 9 Foto superiores, vista parcial da cidade de Altamira e na foto inferior, casa de colono, 1975.

FATORES DETERMINANTES DA EXPANSÃO DA PECUÁRIA NO ESTADO DO PARÁ[1]

Jonas Bastos da Veiga[2], Jean F. Tourrand[3], Marie G. Piketty[4]

[1]Palestra apresentada na Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, Campo Grande, MS. Julho de 2004.

[2]Engº Agrº., Ph D, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental. CP 48, Belém, Pará. CEP 66.095-100, jonas@cpatu.embrapa.br

[3] Med. Vet., Ph D, pesquisador do convênio Embrapa - Cirad, CP 48, Belém, Pará. CEP 66.095-100, Tourrand@oal.com

[4]Economista, Ph D, pesquisadora do convênio Embrapa - Cirad, CP 48, Belém, Pará. CEP 66.095-100, piketty@cirad.fr

1. INTRODUÇÃO

A criação de gado na Amazônia Brasileira começou no século XVI, nos primórdios da colonização portuguesa quando navegantes trouxeram os primeiros animais para atender a demanda de colonos europeus por leite e tração animal (DESFFONTAINES 1957). Desde então, no estado do Pará, a criação de gado se expandiu na região do Baixo-Amazonas, de Santarém ao arquipélago de Marajó, em sistemas extensivos de produção, utilizando pastagens naturais de várzea. No início do século XX, o rebanho da Amazônia Brasileira era de 750.000 bovinos e 250.000 bubalinos.

Apenas no final dos anos 60 a pecuária foi considerada a atividade privilegiada do governo brasileiro para colonizar a